

POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE RECIFE - PE

PUBLIC URBAN AGRICULTURE POLICY IN THE MUNICIPALITY OF RECIFE - PE

Laila Navarro de Lima

Mestranda em Administração e Desenvolvimento pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

laila.navarro@ufrpe.br

José Robson Ferreira de Barros Filho

Mestrando em Administração e Desenvolvimento pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

robson.fbarros@ufrpe.br

Tales Wanderley Vital

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor Sênior da Universidade Federal Rural de Pernambuco

tales.vital@ufrpe.br

Grupo de Trabalho (GT): nº11. Elaboração e análise de políticas agrícola e públicas de desenvolvimento rural

Resumo

As políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) são instrumentos para a redução das desigualdades sociais, considerando as particularidades de cada espaço. O objetivo deste artigo é analisar a implantação do Plano de Agroecologia Urbana aplicada às Hortas Comunitárias no município de Recife - PE, visto que o mesmo visa a gestão e qualificação do acompanhamento das estruturas de produção comunitárias e institucionais existentes. Para análise aplicou o modelo institucional levantando as principais legislações sobre políticas públicas relacionadas com a AUP a nível federal, estadual e municipal, além do mapeamento das unidades de Hortas Urbanas Comunitárias (HUC's) para visitas técnicas. Os resultados obtidos mostraram que a maioria das unidades de HUC's no município não estão em funcionamento, existindo uma grande lacuna entre realidade social, ações da sociedade e dos poderes públicos no sentido de reduzir as desigualdades sociais para a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana, Hortas Urbanas Comunitárias, Plano de Agroecologia Urbana do Recife, Política pública para agricultura, Modelo Institucional.

Abstract

Urban and Peri-Urban Agriculture (AUP) public policies are instruments for reducing social inequalities, considering the particularities of each space. The objective of this research paper is to analyze the implementation of the Urban Agroecology Plan applied to Community Gardens in the municipality of Recife - PE, as it aims to manage and qualify the monitoring of existing community and institutional production structures. For analysis, the institutional model was applied, surveying the main legislation on public policies related to AUP at federal, state and municipal level, in addition to mapping the units of Community Urban Gardens (HUC's) for technical visits. The results obtained showed that the majority of HUC units in the municipality are not in operation, with a large gap between social reality, actions by society and public authorities in order to reduce social inequalities to improve the quality of life of participants.

Key words: Urban and Peri-urban Agriculture, Community Urban Gardens, Recife Urban Agroecology Plan, Public policy for agriculture, Institutional Model.

1. Introdução

Com o êxodo rural o perfil da sociedade mudou. Entre as décadas de 1970 e 1980, aproximadamente 30% da população rural migrou para as cidades. De acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - do ano de 2015, a população urbana brasileira correspondia a aproximadamente 85%, enquanto os que habitavam na zona rural eram 15% dos brasileiros (IBGE, 2016).

O acelerado processo de migração intensificou a metropolização, em que a ocupação urbana ultrapassou os limites da cidade (Chagas *et al.*, 2023). Devido a esse processo, Pompeu Sobrinho (1982) evidencia as consequências da urbanização e metropolização: alta densidade demográfica, altas taxas de natalidade/mortalidade, problemas de saneamento, desemprego ou subemprego, favelização, fome, entre outras.

Diante desse cenário, a ruralidade surgiu nos entremeios do crescimento urbano tendo como finalidade fundamental a qualidade de vida e autoconsumo. Chagas *et al.* (2023) referem-se aos termos agricultura e urbano como conceitos que, em sua essência, são contrários, mas complementares. A luta contra o desemprego e a fome fizeram com que muitos dos migrantes voltassem à prática da agricultura nas regiões urbanas.

Baseado nisso, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é considerada segundo Madaleno (2001) parte da gestão urbana. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) entende como AUP as práticas agrícolas dentro das cidades e em torno delas, aproveitando os recursos como solo, água, energia e o trabalho para atender às necessidades da população urbana, tornando-se assim, ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda, de empregos e do manejo ambiental (FAO, 1999).

Desse modo, diante da problemática do crescimento populacional e elevada urbanização, temos como exemplo o município de Recife no estado de Pernambuco, que desde os anos 2000 é considerado totalmente urbanizado, uma vez que o perímetro urbano equivale ao perímetro municipal (Recife, 2010). Diante deste fato, consequências da elevada urbanização e metropolização foram evidenciadas, principalmente a severa realidade da fome.

Com isso, se faz necessário o planejamento agrícola urbano e as formas de gerar demandas por alimentos mais saudáveis, afirmando a importância de fazer acontecer estratégias eficientes de AUP (Recife, 2005).

A capital pernambucana possui condições favoráveis tanto geográficas quanto climáticas para a implantação de unidades produtivas no município, contribuindo positivamente para o desenvolvimento dessa prática. Essa realidade fica comprovada pelas estruturas já existentes que incluem: Hortas Escolares em unidades educacionais da Prefeitura, Hortas em Instituições Governamentais, Hortas do Programa Horta em Todo Canto, Hortas em Instituições Não Governamentais, Projetos de Quintais Produtivos e Hortas Comunitárias (Recife, 2021).

Em Recife, as Hortas Urbanas Comunitárias (HUC) foram referidas pela primeira vez na Política Ambiental da Cidade do Recife em 1996 (Recife, 1996), no entanto, somente em 2004 foi implementado programas de Hortas Urbanas (HU), devido à Lei nº 16.966/2004 (Recife, 2009). Anos mais tarde, em 2021, implantou-se a política pública voltada para a AU no município através do Plano de Agroecologia Urbana elaborado pela Secretaria Executiva de Agricultura Urbana (SEAU) (Recife, 2021).

Todavia, como recorda Ferreira (2013), a continuidade desses projetos deve ser acompanhada mesmo com as leis em vigência e atualmente com o Plano de Agroecologia Urbana divulgado, para que o programa não entre em declínio por falta de recursos financeiros, falta de interesse por parte da população e complicações burocráticas na parceria entre poder público, instituições e agricultores. Existe uma grande lacuna entre realidade social, ações da sociedade e dos poderes públicos no sentido de reduzir as desigualdades sociais para a melhor qualidade de vida dos participantes.

Diante disso, as políticas públicas podem ser importantes instrumentos para a redução das desigualdades sociais, desde que elas sejam desenvolvidas considerando as particularidades de cada espaço, pois as ações devem ser específicas e locais. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a implantação do Plano de Agroecologia Urbana aplicada às Hortas Urbanas Comunitárias no município de Recife - PE.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Hortas Urbanas como Política Pública e Legislações Associadas

As atividades de AUP acontecem nas zonas urbanas desde o aparecimento das cidades. A visibilidade mundial ocorreu a partir da década de 1980, por meio dos movimentos ambientalistas (Freddi, 2015). Em 1990 foi considerada ferramenta para apoiar a luta contra a pobreza, por ser fonte produtora de alimentos nos centros urbanos (Brand; Muñoz, 2007).

Mesmo diante das funções ambientais, sociais e econômicas, o principal objetivo nos países mais pobres é o socioeconômico, tendo em vista o auxílio às comunidades mais vulneráveis a ter acesso a alimentos diversificados em quantidade suficiente, mais baratos e de qualidade, favorecendo a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) (Chagas *et al.*, 2023).

Ferreira (2013) destaca as potencialidades da AUP para o desenvolvimento socioespacial em diferentes dimensões:

Na dimensão social, ocorre a promoção da Segurança Alimentar (SA), que de acordo com o II VigiSan (2022), é o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente na família e domicílio. O fortalecimento dos laços de solidariedade, com a produção comunitária ou familiar, ocorrendo troca de experiências e produtos, além da doação dos mesmos e a contribuição no fortalecimento da identidade e da autoestima dos agricultores.

Do ponto de vista econômico, a AUP potencializa a geração de ocupação e renda promovendo oportunidade de emprego. O investimento inicial de recursos financeiros é relativamente baixo, quando se considera a área ocupada para produção, em comparação às demais atividades. Existe maior proximidade com o mercado, proporcionando, assim, menor custo da produção e menor concorrência. Como não há muita exigência de qualificação profissional a AUP é evidenciada como uma atividade socialmente pertinente, podendo atender à mão de obra disponível e relativamente de poucos custos (Ferreira, 2009).

Ambientalmente, a AUP possibilita a reciclagem de material orgânico, reutilização de água, menor incidência de desgaste do solo, redução de processos erosivos. Na dimensão urbanística ela contribui na ocupação de espaços ociosos (UFPEL, 2022).

Ferreira (2013) aponta que no campo da política ela é considerada uma ferramenta de inclusão e proteção social, intervindo na diminuição de desigualdades sociais. Assim, desempenha uma demanda social clara e objetiva, sem a necessidade de muitos técnicos para o desenvolvimento de projetos.

Para Heiddemann e Salm (2010) a política aborda um conjunto de processos, métodos e tempo para os indivíduos ou grupos, a fim de governar e realizar o bem público. Ela possui influência de forma coletiva interferindo nas relações sociais.

A política pública para Peters (1986) é o conjunto das atividades dos governos, agindo diretamente ou através de delegação influenciando os cidadãos. Lynn (1980) define políticas públicas como a soma de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Conforme Dye (2005) “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” é definido como política pública. De modo geral, Souza (2006) acrescenta que as políticas públicas visam o todo ao invés da soma das partes como os indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses pessoais.

O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana estimulou a produção de Hortas Urbanas no Brasil como parte da política nacional de redução da pobreza e garantia da Segurança Alimentar, por meio do Governo Federal, com participação e incentivo dos governos

Estadual e Municipal. Um impulso gerado para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis (Branco; Alcântara, 2011).

A legislação vigente está mais voltada para a SAN da população no Estado de Pernambuco, tema que surgiu pós-Constituição de 1988 (Ferreira, 2013). Em 2016, o Governo do Estado lançou o Programa Horta em Todo Canto, estimulando a criação de hortas em espaços públicos próprios, como no Palácio do Governo ou escolas estaduais, mas sem algo mais voltado à população como um todo, diferente do que aconteceu na capital (Silva *et al.*, 2016).

O Atlas da SAN de Pernambuco de 2019 apontou que na Região Metropolitana do Recife, apenas 28% das famílias estavam vivendo em SA, com acesso aos alimentos em quantidade e qualidade. Ainda, outras 14,4% viviam Insegurança Alimentar Grave, em situação de fome; 24,9% enfrentam Insegurança Alimentar Média, em necessidade de reduzir a quantidade de alimentos por falta de condições de obtê-los; e 32% vulneráveis à Insegurança Alimentar Leve, em incerteza quanto à condição de obter alimentação e/ou redução na qualidade e variedade dos alimentos consumidos pela família (Marco Zero, 2022).

As Hortas Urbanas Comunitárias possuem o sistema de cultivo em conjunto por grupos de famílias ou pessoas de uma comunidade, responsáveis pelo gerenciamento da produção. Dessa forma, soma-se a participação ativa da comunidade ao acompanhamento técnico e fiscalização do poder público (Arruda; Arraes, 2007), de modo a serem encaradas como políticas públicas (Albertin *et al.*, 2016).

As HUC's foram mencionadas pela primeira vez na Política Ambiental da Cidade do Recife em 1996 (Recife, 1996), no entanto, somente em 2004 foi implementado programas de Hortas Urbanas (HU), devido à Lei nº 16.966/2004, visando o cultivo de hortaliças, legumes e plantas medicinais em áreas municipais ociosas (Recife, 2009).

Em 2021, implantou-se a política pública de AU através do Plano de Agroecologia Urbana elaborado pela Secretaria Executiva de Agricultura Urbana - SEAU. O plano é uma resposta às deliberações da II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2015, visando a garantia de apoio e fomento às iniciativas de produção urbana e o anseio da gestão de implantar mais hortas e pomares para qualificar o acompanhamento das estruturas de produção comunitárias e institucionais existentes na cidade (Recife, 2021).

Outro compromisso firmado pelo município, envolvendo a temática de AU, envolve a adesão em 2021, ao Pacto de Milão para Política de Alimentação Urbana. O Pacto foi um documento firmado em 15 de outubro de 2015, na cidade de Milão, como compromisso global entre prefeitos de várias cidades pelo mundo que enxergam a alimentação como ponto para alcançar o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas (ICLEI 2021).

De acordo com o Pacto, a AUP oferece oportunidades para a conservação e integração da biodiversidade nas paisagens e nos sistemas alimentares das cidades, contribuindo para a criação de sinergias entre a Segurança Alimentar Nutricional, os serviços dos ecossistemas e o bem-estar humano (Milan Urban Food Policy Pact, 2020).

Desse modo, a prática de AUP tem sido cada vez mais considerada como membro da gestão urbana, ela é uma ferramenta para a redução da pobreza, através da geração de renda e empregos, a fim de resgatar a cidadania e a sustentabilidade local (Madaleno, 2001).

Vale salientar, como mencionam Zeeuw, Gundel e Waibel (2000) que a AU é uma atividade que exige políticas públicas para sua implementação, principalmente no que diz respeito às políticas de uso de solos, saúde, ambientais e de desenvolvimento social. Por isso, é essencial o conhecimento das características específicas dos locais e as diferentes finalidades da AU para que sejam formuladas políticas adequadas de intervenção.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização do Estudo

O método da pesquisa é qualitativo. De acordo com Creswell (2010), “é um meio de explorar e de entender o significado que os indivíduos ou grupo atribuem a um problema social ou humano, envolvendo questões e procedimentos emergentes”.

Conforme Richardson (1999), os estudos explicativos ocorrem quando se deseja analisar as causas ou consequências do fenômeno. Desse modo, visando analisar a implantação do Plano de Agroecologia Urbana aplicada às Hortas Comunitárias no município de Recife – PE, a presente pesquisa possui natureza explicativa.

O modelo institucional diz respeito à identificação de medidas formais tomadas pelo Governo Federal (Quadro 1) ou Estadual (Quadro 2) ou Municipal (Quadro 3) na normatização da política pública com seus diferentes agentes públicos e da sociedade civil participantes, cuja a síntese no caso do estudo está listada a seguir, baseada na pesquisa de Guedes *et al.* (s/d):

Quadro 1 - Políticas Públicas Nacionais relacionadas com a Agricultura Urbana.

Políticas Federais		
Leis	Ações	Agentes Envolvidos
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006).	Garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.	População em geral; profissionais do setor de plantas medicinais e fitoterápicos; universidades, centros de pesquisa e organizações não-governamentais na área de plantas medicinais e desenvolvimento de fitoterápicos; e agricultores familiares.
Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/2006).	Planejamento e a execução das ações nas áreas de: infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; comercialização; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização;	Agricultores familiares.
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Lei nº 11.346/2006).	Promover o direito de todos ao acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.	Grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social.
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Lei nº 11.947/2009).	Emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados e seguros; o direito à alimentação escolar, visando garantir Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos; e o apoio ao desenvolvimento sustentável.	Alunos e comunidade escolar.
	Desenvolvimento rural sustentável; gratuidade, qualidade e	

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER (Lei nº 12.188/2010).	acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; adoção de metodologia participativa, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Agricultores familiares.
Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).	Promover a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, entre outras.	Titulares de serviços públicos de limpeza urbana; catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Agroecologia Urbana do Recife de 2021.

Quadro 2 - Políticas Públicas Estaduais relacionadas com a Agricultura Urbana.

Políticas Estaduais		
Leis	Ações	Agentes Envolvidos
Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE (Lei nº 15.223/2013).	Desenvolvimento rural sustentável; universalização dos serviços de ATER, com gratuidade, qualidade e continuidade; adoção de metodologias participativas, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; promover a igualdade de tratamento entre os beneficiários, sem distinção de gênero, raça, credo ou idade; e contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	Agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais; agroextrativistas, silvicultores, aquicultores e pescadores; ribeirinhos e público dos programas de irrigação; e agricultores familiares urbanos e periurbanos.
Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - PESANS (Decreto nº 40.009/2013).	Promover a Segurança Alimentar e Nutricional sustentável, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território do Estado de Pernambuco.	Famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; grupos de pessoas com necessidades alimentares especiais e pessoas com doenças crônicas não transmissíveis - DCNT; populações negras; grupos em situação de vulnerabilidade social e em situação de emergência e calamidade pública.
	Incentivar e fortalecer a agricultura familiar; fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar rural e urbana com ênfase nos mercados locais, nos circuitos curtos como as feiras	Agricultores familiares; Núcleos de Extensão e pesquisa em Agroecologia (NEA's e CVT's) e Segurança Alimentar e Nutricional (NUSAN) no âmbito das

Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAAF (Lei nº 16.888/2020).	agroecológicas; incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional e a SAN; gerar trabalho e renda; apoiar a prática do associativismo e cooperativismo.	universidades e institutos federais de ensino que atuam no estado de Pernambuco; órgãos da Administração Pública Estadual que executam serviços de alimentação.
Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei nº 17.158/2021).	Promover a indução da transição agroecológica e o fortalecimento do sistema orgânico de produção agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações do campo e da cidade, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, da oferta de alimentos saudáveis e da valorização do conhecimento das comunidades rurais, urbanas e periurbanas.	Formação de professores e gestores públicos na área da agroecologia e produção orgânica; feirantes; Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, Escolas Técnicas Estaduais e Universidade de Pernambuco - UPE; comunidades rurais; agricultores e empreendedores familiares.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Agroecologia Urbana do Recife de 2021.

Quadro 3 - Políticas Públicas Municipais relacionadas com a Agricultura Urbana.

Políticas Municipais		
Leis	Ações	Agentes Envolvidos
Política Ambiental da Cidade do Recife em 1996 (Lei nº 16.243/1996).	“Pressupõe o direito do povo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum essencial à sadia qualidade de vida da população” (CPRH, 1996).	Lei Orgânica do Município do Recife - LOMR; Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife - PDCR; Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM; Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental - SEPLAM - do Município; Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS; Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Programa Municipal de Hortas Comunitárias (Lei nº 16.966/2004).	Programa destinado ao cultivo de hortaliças, legumes e plantas medicinais em áreas municipais ociosas.	Entidades assistenciais, bem como entidades da administração federal e estadual; escolas municipais, creches, asilos e instituições de utilidade pública municipal devidamente declarada por lei; comunidades carentes do município.
	Desenvolvimento de programas, projetos e campanhas educativas e culturais para informação, orientação e sensibilização da população, formação de uma consciência	

Política Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 18.083/2014).	individual e coletiva voltada à proteção das diversas formas de vida, dos recursos naturais e do ecossistema do Recife, assim como de preservação e conservação das Unidades Protegidas existentes no território municipal; apoio à implementação de programas e ações voltados à formação e/ou capacitação dos munícipes e de seus representantes sobre temas socioambientais; a implementação de agenda ambiental compartilhada entre os órgãos municipais mediante a programação de atividades específicas e de eventos informativos e comemorativos, visando conscientizar a população acerca das questões socioambientais; a superação das desigualdades educacionais e socioambientais das diversas regiões do município.	População Recife; Agentes públicos municipais; Administração Pública Municipal e Órgãos municipais.
Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SMSAN (Lei nº 18.213/2016).	Ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição; a preservação e conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população; garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; a produção de conhecimentos, o acesso à informação e à formação sobre as ações em SAN; a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas, respeitando-se as múltiplas características culturais do Município.	Grupos populacionais específicos: povos de terreiro, ribeirinhos, pescadores artesanais, população negra, demais povos e comunidades tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Agroecologia Urbana do Recife de 2021.

3.2 Caracterização da área de estudo

O município de Recife, demonstrado na Figura 1, é situado como a capital do estado de Pernambuco. Apresenta uma área territorial total de 218,843 km², compreendendo desde os anos 2000 100% de área urbana, além da população estimada de 1.661.017 pessoas (IBGE, 2022). O município é composto por 94 bairros, divididos em 06 Regiões Político-Administrativas - RPA's, possuindo uma composição da área territorial de: 67,43% de morros; 23,26% de planícies; 9,31% de aquáticas; e 5,58% de Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA (Recife, 2022).

Figura 1 - Localização do município de Recife - PE.



Fonte: Prefeitura do Município de Recife (2022).

A implantação de HUC's em um grande centro como Recife, coopera para a permanência e resistência da população, visto que, os índices de urbanização é de 100%, em função do perímetro urbano que é o mesmo do perímetro do município (Recife, 2005). Um dos possíveis fatores inclui a maior proximidade do mercado consumidor, disponibilidade de uma rede de estradas e de infraestruturas de acesso e a facilidade de acesso aos equipamentos de distribuição e armazenagem. Ainda, tem crescido os consumidores que preferem os alimentos saudáveis cultivados localmente e com o mínimo de agrotóxicos (Silva, 2009).

3.3 Mapeamento das Hortas Urbanas Comunitárias

O mapeamento das HUC's no município de Recife foi realizado através do levantamento das unidades pela prefeitura municipal, executora do Plano de Agroecologia Urbana, e pesquisa bibliográfica, por meio do mapeamento sistemático das unidades. As HUC's localizam-se em terrenos privados e públicos com destinação dos alimentos para autoconsumo.

Após o mapeamento, realizou-se visitas técnicas para o reconhecimento dos locais. Buscou-se avaliar o plano a partir de questionário semiestruturado, a fim de investigar e analisar variáveis do perfil pessoal dos produtores, variáveis do perfil produtivo e identificação das tecnologias empregadas, tais como: mecânicas, químicas, biológicas, de novos produtos e novos processos, mas o mesmo não foi aplicado devido às condições em que as atividades se encontram. Os principais métodos de análise, então, foram através de observações diretas e entrevistas com os agentes públicos e das comunidades envolvidas.

No município existem Hortas Urbanas sem voluntários, particulares, escolares, familiares ou mesmo desativadas. Optou-se por selecionar espaços levando em conta as Hortas Urbanas de caráter comunitário com voluntários ativos; hortas em atividade; com existência há pelo menos um ano e com permissão para realizar a pesquisa (Alves, 2020).

Além disso, observou-se o plano está sendo executado conforme planejado, visando diagnosticar possíveis falhas no programa, no que diz respeito às instalações, assistência técnica, participação ativa da comunidade, entre outras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Levantamento das Hortas Urbanas Comunitárias

Foram identificadas oito hortas comunitárias no município de Recife. A fim de verificar a existência das mesmas, visitas aos locais e coletas de informações foram realizadas presencialmente e em contato com responsáveis por telefone, quando estes não se encontravam nos locais. O Quadro 4, lista as hortas, o local e as respectivas situações de funcionamento:

Quadro 4 - Identificação das Hortas Comunitárias do município do Recife-PE.

Horta Urbana Comunitária	Bairro	Situação
Horta do Lar Fabiano de Cristo	Várzea	Parada
Horta Comunitária da Vila de Santa Luzia	Torre	Parada
Horta do Jardim Secreto	Poço da Panela	Parada
Horta Comunitária Sítio São Brás	Sítio dos Pintos	Parada
Horta da Comunidade dos Pequenos Profetas	São José	Em funcionamento
Horta Comunitária de Casa Amarela	Casa Amarela	Parada
Horta Comunitária do Bode	Pina	Parada
Horta do COMPAZ Escritor Ariano Suassuna	Cordeiro	Parada

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Das 08 hortas comunitárias, destacadas no Quadro 4, apenas uma manteve-se em funcionamento até 2023, sendo esta ainda classificada como ONG, de modo a receber apoio não apenas da Prefeitura de Recife, mas também de entidades estrangeiras, pessoas físicas e empresas privadas, conforme aponta Alves (2020).

4.2 Caracterização das Hortas Urbanas Comunitárias

4.2.1 Horta Urbana Comunitária do Lar Fabiano de Cristo

A Horta Comunitária do Lar Fabiano de Cristo fica localizada no bairro da Várzea. A instituição é uma ONG voltada ao cuidado de crianças e familiares em situação de vulnerabilidade ou risco social. O local oferece diversos tipos de atendimentos voltados a esse público, com atividades socioeducativas e socioassistenciais. Há inúmeras unidades espalhadas por todo país, o apoio recebido vem de doações de várias instituições públicas, privadas, além de pessoas físicas (Lar Fabiano de Cristo, 2019).

A Horta Comunitária fica localizada em uma área lateral à instituição. O espaço possui canteiros para plantio, viveiro de mudas, árvores frutíferas, composteira, galinheiro, tanque para piscicultura e depósito para armazenamento de ferramentas de trabalho.

A instalação do projeto ocorreu em 2005, sendo implementado com a ajuda do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) na época. Após essa implementação, apenas o IPA continuou, por mais alguns anos. Atualmente tanto o IPA, quanto a PCR não dão assistência ao projeto (Alves, 2020).

De início, grupos de mães com filhos assistidos pela ONG, ajudavam a capinar e a plantar. O Lar apoiava fornecendo cestas básicas para essas famílias. Com a desistência e desinteresse das voluntárias e o fim do apoio da instituição, a horta diminuiu drasticamente sua produção. Atualmente, o local encontra-se abandonado, com plantas daninhas cobrindo os canteiros de produção, conforme Figura 2.

Figura 2 - Horta Urbana Comunitária no Lar Fabiano de Cristo.



Fonte: A autora (2023).

A instituição não possui nenhum projeto envolvendo a horta, mesmo fornecendo cursos e cuidando de muitas famílias em situação de vulnerabilidade social.

4.2.2 Horta Urbana Comunitária da Vila de Santa Luzia

A Horta Comunitária da Vila de Santa Luzia está inserida no bairro Torre, às margens do rio Capibaribe e ao lado da Rioteca - a biblioteca do rio, fundada por um dos moradores.

A fim de proporcionar uma nova função ao local, a horta surgiu com apoio do Coletivo Massapê - grupo de estudantes do curso de Arquitetura da UFPE que projetou e montou o espaço com recursos do Fundo Socioambiental CASA (Alves, 2020).

A horta possuía hortaliças, plantas medicinais e árvores frutíferas, além disso instalou-se uma sementeira, com bandejas, garrafas PET e vasos; um deck de madeira, para contemplação do rio Capibaribe; e uma composteira, para descarte de restos de poda e vegetais (Alves, 2020).

Todavia, desde fevereiro de 2019, o grupo se afastou da organização, como previsto no projeto, deixando o espaço aos cuidados dos moradores. Dessa forma, ao visitar o local, em setembro de 2023, os moradores relataram não participarem mais das atividades. A composteira que era diariamente abastecida por diversas pessoas, que encontraram um local melhor para o descarte dos restos de alimentos e vegetais, não funciona mais. A maior queixa dos moradores do entorno era que poucos trabalhavam no espaço e, constantemente, outros levavam os produtos sem ajudar com as atividades exigidas pela horta. O local encontra-se sem manutenções e atividades, conforme Figura 3.

Figura 3 - Horta Urbana Comunitária da Vila de Santa Luzia.



Fonte: A autora (2023).

Além disso, a falta de recursos para compra dos insumos desestimulou os voluntários a trabalharem na horta. Manutenções são necessárias e os mesmos moradores são sobrecarregados, assim não possuem mais interesse em retornar às atividades. Alguns possuem horta na própria residência, como relata uma moradora: “é mais fácil a manutenção.”

4.2.3 Horta Urbana Comunitária do Jardim Secreto

De acordo com Alves (2020) o Jardim Secreto é um espaço criado através da mobilização de um grupo de moradores do entorno, que se preocuparam com o abandono do local, alvo do descarte de lixo e entulhos.

Em 2017, os moradores procuraram a prefeitura a fim de verificarem como poderiam transformar o terreno baldio e abandonado em uma área de convivência e produção de alimentos. A área faz parte de uma extensão destinada ao projeto Parque Capibaribe, da

Prefeitura do Recife. A partir disso, obtiveram a permissão para ocupar e implantar o jardim, criando um espaço de lazer e convivência para todos.

Com a retirada de entulhos e organização da área, criou-se um espaço para instalação da Horta Comunitária em forma de mandalas e de um Sistema Agroflorestal (SAF). Logo foi criada a sementeira, uma pequena área coberta, que conta com bandejas e todo o material necessário para o plantio das mudas. Foram plantadas, no local, árvores de diversas espécies, incluindo frutíferas e plantas ornamentais. As plantas medicinais ficaram localizadas em um canteiro circular (Alves, 2020).

De início, a ideia não foi implantar a horta, mas ter um espaço para lazer e interação da comunidade e visitantes. Após requererem apoio para melhorias na área, no início de 2019, o jardim recebeu o primeiro transplante urbano da cidade do Recife. O local contou com doações de grama, bancos, mesas, bicicletário, calçamento, lixeiras, palco e iluminação. Além do Coletivo do Jardim Secreto, criado pelos voluntários, existe apoio ocasional da Prefeitura do Recife através da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Alves, 2020).

Atualmente, com visita ao local, observou-se a presença da sementeira - espaço para a produção de mudas, com bandejas no local - além da composteira. O aspecto observado não demonstrou manutenção e atividades de produção na horta (Figura 4).

Figura 4 - Horta Urbana Comunitária do Jardim Secreto.



Fonte: Alves (2020) e a autora (2023), respectivamente.

4.2.4 Horta Urbana Comunitária do Sítio São Brás

A Horta Comunitária Sítio São Brás fica localizada no bairro Sítio dos Pintos, sendo instalada pela Prefeitura em 2018. O local anteriormente era abandonado com lixo e restos de construção. Com a implantação do projeto “Mais Vida nos Morros”, o local foi requalificado e a horta foi instalada (Figura 5).

Figura 5 - Horta Urbana Comunitária do Sítio São Brás.



Fonte: Alves (2020).

Embora todo o trabalho tenha sido realizado, atualmente o espaço segue sem manutenção e intervenção dos moradores. Em pesquisa de Alves (2020), moradores apontaram uma pessoa como responsável pela varrição no local antes do período das chuvas, porém não foi localizado. Ainda há relatos que o espaço é usado por usuários de drogas, principalmente à noite.

4.2.5 Horta Urbana da Comunidade dos Pequenos Profetas

A Comunidade dos Pequenos Profetas fica localizada no bairro São José. A ONG trabalha atendendo pessoas, de crianças à adultos, em situação de vulnerabilidade social, promovendo diversos cursos e oficinas (Alves, 2020).

O projeto conta com espaço de horta vertical no telhado verde (Figura 6). A produção de hortaliças e plantas medicinais é destinada à cozinha do local e aos participantes, que contam com alimentação gratuita.

Figura 6 - Horta Urbana da Comunidade dos Pequenos Profetas.



Fonte: Alves (2020).

Entre as unidades visitadas, a ONG é a única em funcionamento. O apoio é dado por entidades estrangeiras, pela Prefeitura do Recife, pessoas físicas e empresas privadas. O espaço conta com assistente social, nutricionista, cozinheiras, etc. Além da horta e do refeitório, o local possui biblioteca, salas de aula para dança, música e artesanato (Alves, 2020).

4.2.6 Horta Urbana Comunitária de Casa Amarela

A Horta Comunitária de Casa Amarela (Figura 7) foi um espaço criado em 16 de janeiro de 2015, que contava com diversos canteiros de hortaliças e plantas medicinais. Todavia, desde 2018, as atividades foram diminuindo, estando atualmente paradas. No espaço, restaram alguns canteiros com plantas medicinais, árvores frutíferas diversificadas e plantas ornamentais em meio às plantas daninhas, reflexo do abandono (Alves, 2020). As informações obtidas foram através do telefone para contato localizado em uma placa presente no espaço.

Figura 7 - Horta Urbana Comunitária de Casa Amarela.



Fonte: Saldanha e Lopes (2018).

4.2.7 Horta Urbana Comunitária do Bode

A comunidade do Bode, localizado no bairro do Pina, Zona Sul do Recife, ocuparam uma praça com uma Horta Comunitária. O local era alvo de descarte de lixo, bichos mortos e entulhos. O espaço ressurgiu em março de 2016 com a semeadura de coentro, cebolinha, jerimum, babosa, melão, caju e acerola (Figura 8). A semente do projeto Favela Verde ocorreu em 2015 pela francesa Maeva Harrivel, moradora da comunidade. “Sonhei com crianças colhendo maracujá na frente da Livroteca e tive a ideia de fazer a Horta Comunitária.” (Jornal do Commercio, 2016).

Figura 8 - Horta Urbana Comunitária do Bode.



Fonte: Jornal do Commercio (2016).

No início, o local recebeu apoio logístico das Secretarias de Enfrentamento ao Crack e de Segurança Urbana da prefeitura para a remoção do lixo. O projeto seguiu sendo bancado pela idealizadora do projeto e moradores do Bode. Destaca-se o reaproveitamento de pneus para o plantio de mudas colocadas na praça (Jornal do Commercio, 2016). Atualmente, o local encontra-se sem manutenções e atividades na produção da horta.

4.2.8 Horta Urbana Comunitária do COMPAZ Ariano Suassuna

O Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) Escritor Ariano Suassuna localizado no bairro Cordeiro, foi inaugurado pela Prefeitura do Recife em março de 2017, sendo a segunda unidade instalada na cidade. A mesma possui biblioteca, quadras poliesportivas, unidade de assistência social, de orientação jurídica e de pendências documentais, bem como oferece cursos para a população cadastrada (Recife, 2018).

A horta do COMPAZ Escritor Ariano Suassuna não está em funcionamento. Foi informado por funcionários da instituição que a Prefeitura do Recife parou com o auxílio

financeiro. Há possibilidade de retorno do projeto, porém ainda não existem previsões e nem recursos para a retomada.

O espaço possui estrutura para realização dos plantios (Figura 9), assim como materiais para manutenção: regadores, pás, entre outros. Porém, observou-se que não há estímulo para participação das pessoas no local. Notou-se a ausência do envolvimento da população do entorno, mesmo a estrutura estando presente num local de acesso liberado a todos.

Figura 9 - Horta Urbana Comunitária do COMPAZ Ariano Suassuna.



Fonte: A autora (2023).

4.3 Avaliação da Política Pública nas Hortas Urbanas Comunitárias

Das oito hortas encontradas, sete não estavam em funcionamento. Nesse sentido, o Plano de Agroecologia Urbana do Recife possui como anseio a gestão e qualificação do acompanhamento das estruturas de produção comunitárias e institucionais existentes na cidade (Recife, 2021).

Os espaços, nestes casos, não possuem produção de alimentos para autoconsumo e estão distantes de serem espaços de geração de renda para os seus trabalhadores. Existem problemas e dificuldades para o seu funcionamento, tanto por parte dos voluntários que não persistiram com o projeto, quanto do poder público com a falta de disponibilidade de recursos financeiros e assistência técnica.

O questionário semiestruturado não foi aplicado em nenhuma situação. O principal motivo deve-se ao fato de não localizar responsáveis ou participantes das unidades de produção, tendo em vista a falta de continuidade dos projetos.

Nas visitas realizadas, destacou-se problemas com a depredação da infraestrutura e plantio, roubos de equipamentos, falta de voluntários, presença de usuários de drogas nos locais e atritos entre os voluntários.

Em entrevistas com moradores do entorno, um dos fatores responsáveis pela desmotivação dos agricultores em prosseguirem nos projetos da Prefeitura do Recife ocorre,

sobretudo, por terem que trabalhar em grupo, com isso a divisão das atividades acabam sobrecarregando os mesmos voluntários. Trabalhadores que se dedicaram na produção ficaram sem produtos e outros que pouco contribuíram levaram o que foi produzido.

A falta de articulação entre as secretarias e órgãos não é algo atual. Negreiros (2008) afirma que essa ausência de integração é uma das causas da falha do Sistema de Gestão Ambiental da cidade. Sendo Hortas Comunitárias espaços verdes importantes para o município e sua população, os órgãos poderiam trabalhar em conjunto, de modo a apoiar por mais tempo e a incentivar a interação da sociedade com os espaços.

5. CONCLUSÃO

Na perspectiva de analisar a implantação do Plano de Agroecologia Urbana aplicada às Hortas Comunitárias no município de Recife - PE, a pesquisa debruçou-se em abordar as diferentes dimensões da Agricultura Urbana para o desenvolvimento local no âmbito social, econômico, ambiental e político, além da importância do tema ligada à SAN.

O modelo institucional aplicado possibilitou levantar as principais legislações sobre políticas públicas relacionadas com a Agricultura Urbana a nível federal, estadual e municipal junto às ações e seus diferentes agentes públicos e da sociedade civil participantes.

O município de Recife menciona as HUC's desde 1996, mas o projeto de Lei visando o cultivo nas áreas urbanas foi aprovado apenas em 2004. Mais recentemente, em 2021, com a implantação da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana - SEAU que a política pública de AU surgiu através do Plano de Agroecologia Urbana.

Todavia, na modalidade das HUC's os projetos, em sua maioria, estão parados, com isso não atende ao objetivo do plano municipal de qualificar o acompanhamento das estruturas de produção comunitárias e institucionais existentes no município. Existem problemas na organização dos espaços, na capacitação dos voluntários e convocação destes para atuarem nas hortas, no trabalho de divulgação e na falta de recursos financeiros. Para resolução desses problemas é necessário o diálogo entre os trabalhadores e planejamento sobre como cada espaço pode enfrentar e mitigar essas questões.

A criação de um projeto voltado à AU precisa respeitar as particularidades de cada horta. É essencial o conhecimento das características específicas dos locais e as diferentes finalidades da AU para que sejam formuladas políticas adequadas de intervenção. Incentivar as organizações sociais, sua autonomia e protagonismo possibilitando uma mobilização social participativa nas ações da agenda governamental, visando a melhoria da qualidade de vida no município.

O município possui potencial para as práticas de AU, além disso possui respaldo político no que tange às leis voltadas à AUP. As porcentagens da população em diversos níveis de insegurança alimentar demonstram um contexto que caracteriza o município como um lugar ideal para as estratégias da Agricultura Urbana no combate à fome.

A ação do Plano Agroecológico de Agricultura Urbana na modalidade HUC's possui limitações. Existe uma grande lacuna entre realidade social, ações da sociedade e dos poderes públicos no sentido de reduzir as desigualdades sociais para a melhor qualidade de vida dos participantes. Pesquisas futuras podem avaliar a atuação do mesmo em outras modalidades existentes como: Hortas Escolares em unidades educacionais da Prefeitura, Hortas em Instituições Governamentais, Hortas do Programa Horta em Todo Canto, Hortas em Instituições Não Governamentais e Projetos de Quintais Produtivos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTIN, R. M. *et al.* **Hortas urbanas de Maringá (PR):** estudo socioeconômico dos produtores e perceptivo dos transeuntes. *Bol. geogr.*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 99 - 103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/23600/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- ALVES, M. C. M. **Espaços verdes urbanos:** análise socioambiental das hortas urbanas comunitárias. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38139/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Maria%20Carolina%20Medeiros%20Alves.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- ARRUDA J.; ARRAES, N. A. M. Análise do Programa de Hortas Comunitárias em Campinas – SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 1, p. 42, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87890103.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- BRANCO, M. C.; ALCÂNTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- BRAND, P.; MUÑOZ, E. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-70, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-deseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- CHAGAS, I. L. A. *et al.* A Agricultura Urbana e Periurbana como alternativa na promoção a Segurança Alimentar e Nutricional para comunidades vulneráveis no município de Itapissuma - PE. **Pesquisa Agropecuária Pernambucana**, v. 28, n. 1, 2023. Disponível em: <https://pap.emnuvens.com.br/pap/article/view/283/149>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente. **Lei nº 16.243 de 13 de setembro de 1996.** Política Ambiental da Cidade do Recife, Recife, PE, 1996. Disponível em: https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/lei_municipal_16.243.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DYE, T. R.; ZEIGLER, H. **The irony of democracy**. 9. ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1993.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Issues in urban agriculture:** Studies suggest that up to two-thirds of city and periurban households are involved in farming. 1999.
- FERREIRA, R. J. **Agricultura na cidade do Recife PE: complementaridades rural-urbanas e dinâmica espacial.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de

Pernambuco. 2009. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6166/1/arquivo3472_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

FERREIRA, R. J. **Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10701/1/Tese%20Rubio%20Jose%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

FREDDI, S. M. **A Agricultura Urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC**. 166 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135125/334501.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 out. 2022.

GUEDES, R. E. F. DE F. *et al.* **Avaliação do Termo de Ajustamento de Conduta no Programa de Monitoramento dos Produtos Hortifrutigranjeiros da CEASA/PE**. S/D.

HEIDMANN, J. F.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**, 2. ed., Universidade de Brasília, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/recife.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Rural e Urbana: PNAD 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. **Recife lança Plano de Agroecologia e adere ao Pacto de Milão em prol da alimentação sustentável**. 2021. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/recife-lanca-plano-de-agroecologia-e-adere-ao-pacto-de-milao-em-prol-da-alimentacao-sustentavel/#:~:text=Ades%C3%A3o%20ao%20Pacto%20de%20Mil%C3%A3o&text=Seu%20principal%20objetivo%20%C3%A9%20apoiar,o%20interc%C3%A2mbio%20de%20melhores%20pr%C3%A1ticas>. Acesso em: 24 out. 2022.

II VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. **Praça usada como lixo é transformada em horta comunitária no Bode**. 2016. Disponível em:

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/09/29/praca-usada-como-lixao-e-transformada-em-horta-comunitaria-no-bode-254755.php>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LAR FABIANO DE CRISTO. **Quem somos**. Rio de Janeiro: LFC, 2019. Disponível em: <http://www.lfc.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A casebook on the Role of policy Analysis**. Santa Monica: Goodyear. 1980.

MADALENO, I. M. Agricultura urbana em Presidente Prudente. **Revista Geonotas**. Maringá, v. 5, n. 3, Jul/Ago/Set. 2001.

MARCO ZERO CONTEÚDO. **Estado nutricional era preocupante em Pernambuco mesmo antes da pandemia**. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/estado-nutricional-era-preocupante-em-pernambuco-mesmo-antes-da-pandemia/#:~:text=Segundo%20a%20pesquisadora%2C%20nos%20%C3%BAltimos,estava m%20vivendo%20em%20seguran%C3%A7a%20alimentar>. Acesso em: 20 out. 2022.

MILAN URBAN FOOD POLICY PACT. **Política de Alimentação Urbana**. 2020. Disponível em: https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

NEGREIROS, E. DE B. **Natureza Mínima** - Política Ambiental e Unidades de Conservação em Pernambuco: um estudo sobre a Estação Ecológica de Caetés e a Área de Proteção Ambiental do Engenho Uchoa. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatam, N. J.: Chatan House. 1986.

POMPEU SOBRINHO, T. **História das secas (Século XX)**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense. 1982.

RECIFE. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife**: atlas municipal. PCR/PNUD, CD-Rom. 2005.

RECIFE. **COMPAZ Ariano Suassuna ganha horta orgânica de referência**. Recife: PCR, 2018. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/06/2018/compaz-arianosuassuna-ganha-horta-organica-de-referencia>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RECIFE. **Estabelece a política do meio ambiente da cidade do Recife e consolida a sua legislação ambiental, mediante a instituição do código do meio ambiente e do equilíbrio ecológico da cidade do Recife**. 1996. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1996/1624/16243/lei-ordinaria-n-16243-1996-estabelece-a-politica-do-meio-ambiente-da-cidade-do-recife-e-consolida-a-sua-legislacao-ambiental-mediante-a-instituicao-do-codigo-do-meio-ambiente-e-do-equilibrio-ecologico-da-cidade-do-recife>. Acesso em: 24 out. 2022.

RECIFE. **Informações Socioeconômicas**. 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas#:~:text=Taxa%20de%20Urbaniza%C3%A7%C3%A3o,->

%2D&text=Entre%202000%20e%202010%2C%20a%20raz%C3%A3o%20de%20depend%C3%Aancia%20de%20Recife,%25%20para%206%2C51%25. Acesso em: 24 out. 2022.

RECIFE. **Lei nº 16.966/2004.** Cria o Programa Municipal de Hortas Comunitárias. Recife: Câmara Municipal. 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2004/1696/16966/lei-ordinaria-n-16966-2004-cria-o-programa-municipal-de-hortas-comunitarias?r=p>. Acesso em: 20 out. 2022.

RECIFE. **Plano de Agroecologia Urbana do Recife.** 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/562486885/Plano-de-Agroecologia-Urbana-Do-Recife-1>. Acesso em: 20 out. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALDANHA, P.; LOPES, B. Um dia para viver Casa Amarela: horta comunitária completa 3 anos com festa. **Poraqui.com.** 1 fotografia. 2018. Disponível em: <https://poraqui.com/casaamarela/um-dia-para-viver-casa-amarela-horta-comunitaria-completa-tres-anos-com-festa/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVA, C. A. DA. **A instituição dos circuitos de proximidade no sistema alimentar: fatores de permanência e estratégias dos agentes.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

SILVA, M. C. L. DA *et al.* **Programa Horta em Todo Canto.** Recife: CAISAN, 2016. Disponível em: http://www.seplag.pe.gov.br/c/publicador_repositorio_documento/get_file?p_1_id=333391&folderId=333396&name=DLFE-3803.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas. **Hortas Urbanas.** 2022. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/hortasurbanas/justificativas/>. Acesso em: 20 out. 2022.

ZEEUW H. DE; GUNDEL S.; WAIBEL H. La integración de la Agricultura en las políticas urbanas. **La Revista Agricultura Urbana.** v. 1, 2000. Disponível em: <http://www.ipes.org/aguila>. Acesso em: 25 jun. 2023.